

Palestina e Xinjiang: a máscara das causas humanitárias

José Pedro Teixeira Fernandes, *Público*, 27 de Maio de 2021

1. Quis um dos acasos irónicos da política internacional que a questão da Palestina e do Xinjiang ressurgissem, quase em simultâneo, em Abril e Maio de 2021. Usualmente estes dois problemas políticos, ambos com uma forte dimensão humanitária, são tratados de forma separada. Ressalvadas as especificidades de cada um, que naturalmente existem e são grandes, até pela própria história da formação de Israel (1948) e da actual República Popular da China (1949), há traços que podem ser comparados. Por definição, o termo humanitário refere-se à humanidade e ao seu bem geral e está impregnado de uma concepção humanista-universalista de ser humano. Humanitário designa também o nobre sentimento de empatia e compaixão com o outro. Leva um ser humano a procurar a aliviar o sofrimento de outros seres humanos onde quer que esse sofrimento se encontre. Pressupõe uma actuação fundamentalmente humanista, empática e justa.

2. No mundo real, o ideal humanitário raramente existe sem estar infectado pelos instintos sectários do ser humano e por pré-conceitos ideológicos. Colocar em paralelo os casos da Palestina e do Xinjiang é revelador da forma como a política internacional contamina as causas humanitárias contemporâneas e nela se projectam instintos sectários. Um ponto de partida para esta análise são os dados disponibilizados pelas duas mais respeitadas organizações não governamentais (ONG) que actuam na área humanitária: a Amnistia Internacional e a Human Rights Watch. Ambas têm um trabalho meritório nos documentos e relatórios sobre os casos da Palestina e do Xinjiang. Evidenciam, com maior ou menor detalhe, os sofrimentos dos palestinianos e dos uigures. Se o caso da Palestina é bem conhecido no mundo euro-ocidental onde nos encontramos, já o caso dos uigures do Xinjiang é menos familiar. Vamos assim abordá-lo com mais detalhe histórico-político.

3. O Xinjiang é um vasto território de mais de 1.6 milhões de km² na República Popular da China, sendo a sua maior divisão administrativa. Tem fronteiras externas com a Mongólia, a Rússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão, o Afeganistão e Índia/Caxemira. Com uma população na ordem dos 26 milhões de habitantes, é um território histórico de dezenas de minorias étnicas não-han, ou seja, não chinesas. A influência política da China no Xinjiang é secular, mas sempre variou ao sabor das relações de poder na Ásia Central. Nos anos 1920, a nascente União Soviética apoiou os uigures do Xinjiang contra os governos do Kuomintang (Partido Nacionalista), que governavam a frágil República da China até à vitória das forças comunistas de Mao Tsé-Tung em 1949. Em 1950 Estaline, que viu na chegada ao poder dos comunistas chineses o maior feito soviético na Ásia, aceitou a pretensão maoísta de absorver a Segunda República do Turquestão Oriental (1944-1949) — um Estado criado por uigures e outros povos não chineses da região, cazaques, quirguizes, uzbeques, etc. Trata-se de povos etnicamente turcos, com uma identidade cultural-religioso-política

claramente diferenciada dos han (chineses). Professam maioritariamente um Islão sunita e têm um alfabeto que absorveu influências persas e árabes, não usando os habituais caracteres chineses.

4. Tal como na Palestina, o sofrimento humano da população uigure do Xinjiang está hoje bem documentado e acessível no mundo exterior. Não só a Amnistia Internacional e a Human Rights Watch disponibilizam muita informação como, mais recentemente, surgiram dados detalhadas sobre as práticas de assimilação forçada que estão a ser usadas. Os “papéis do Xinjiang”, publicados pelo New York Times em 16 de Novembro de 2019 revelaram centenas de páginas de documentos internos chineses, deixando a ideia de uma opressão sistemática e tentativa forçada de apagamento da sua especificidade cultural-religiosa e identitária. Ainda de acordo com as informações que têm vindo a público, o Governo chinês construiu quase quatro centenas de campos de reeducação no Xinjiang, qualificação suave que esconde uma dura realidade opressiva de assimilação violenta. Terá implementado também diversas medidas compulsivas para reduzir as taxas de natalidade entre os uigures e outras minorias, numa violação clara de direitos humanos.

5. Os múltiplos sofrimentos dos palestinianos e dos uigures são merecedores de uma compaixão humanitária generalizada. Todavia, quando se olha ao mesmo tempo para a Palestina e o Xinjiang, nascem dúvidas sobre a genuína compaixão de muitos dos que usam a retórica das causas humanitárias. Fica a sensação de uma hipócrita fachada moral que disfarça uma instrumentalização política. Não é só feita pelas grandes potências como os EUA — essa é bastante óbvia e denunciada. A Organização de Cooperação Islâmica (OIC), sempre muito vocal na defesa dos direitos dos muçulmanos, e que vislumbra islamofobia em todo o lado, (auto)silenciou-se quando emergiram provas públicas sobre os campos de reeducação para muçulmanos uigures na China. A teocracia iraniana, que se apresenta protectora dos muçulmanos no mundo, vê sempre sofrimento nos palestinianos às mãos de Israel, o seu inimigo de estimação. Mas no Xinjiang não vê qualquer opressão, nem sofrimento, pois a China é um aliado político maior e um cliente crucial do seu petróleo. Assim, para o Ayatollah Ali Khamenei do Irão não há nenhum problema com os uigures.

6. A Turquia parece ser um intransigente advogado humanitário de palestinianos e uigures. Mas a acção política de Recep Tayyip Erdoğan dava um extenso manual de instrumentalização de causas humanitárias. Tal como as causas do Ayatollah Ali Khamenei e outros, estas variam ao sabor das conveniências políticas. Em 2009, Erdoğan qualificou a violência na região chinesa do Xinjiang como um “genocídio”. Todavia, agora perdeu o zelo humanitário, abandonado os uigures a favor dos seus interesses com a China. Aparentemente, terão sido negociadas vacinas chinesas em troca da extradição de dissidentes uigures, ou, pelo menos, foi comprado um conveniente silêncio. A ser assim, a Turquia trocou a causa dos uigures por vacinas e interesses económicos com a China (tal como Marrocos trocou o “esquecimento” do Saara Ocidental pelos EUA, pelo reconhecimento do Estado Israel).

7. Apesar da trégua na guerra entre Israel e o Hamas, a situação humanitária mais grave e premente está na Palestina, em Gaza. Todavia, ressalvadas as especificidades de cada caso — desde logo no Xinjiang não houve guerra — há um imenso sofrimento humano em comum. Nos dois territórios estão em curso estratégias de alteração da realidade demográfica, mudando longos padrões históricos. Esse sofrimento dos dois povos não interessa ao activista sectário. Inflama-se só com a opressão que confirma os seus pré-conceitos ideológicos, tipicamente feita pelos judeus aos palestinianos. Ao mesmo tempo, nega ou ignora a opressão chinesa sobre os uigures e o envio de migrantes han para o Xinjiang, que irão tornar os uigures minoria no seu território histórico. Repudia (e bem) o sectarismo dos que menosprezam o sofrimento palestiniano, mas não se questiona por ter ao seu lado “defensores” de direitos humanos como Khamenei, Erdoğan e Xi Jinping, a negar, ou a ignorar, o sofrimento dos uigures. Está mais interessado na instrumentalização política das causas humanitárias e usa a compaixão pelas vítimas como máscara.

<https://www.publico.pt/2021/05/27/mundo/analise/palestina-xinjiang-mascara-causas-humanitarias-1964337>